



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

☎ (11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
IV Internacional**

cpe.ufabc@gmail.com

Ano II – Nº 16 – 5 de setembro de 2023

CAMPANHA SALARIAL

A Campanha Salarial dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal, referente ao ano de 2024, pauta a recomposição das perdas salariais inflacionárias; a equiparação/isonomia dos benefícios (auxílio-alimentação, transporte, etc) entre os poderes; a reestruturação das carreiras; o arquivamento da contrarreforma administrativa (PEC 32); e a revogação do “entulho normativo” (revogaço). Após aprovar o arcabouço fiscal, para dar previsibilidade ao capital, o Governo Lula enviou o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 ao Congresso desconsiderando qualquer reajuste aos servidores, sob a alegação de que seria uma medida imprudente.

Os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) possuem duas grandes particularidades: é a categoria com a menor remuneração do funcionalismo federal e uma das categorias com maior intervalo sem reajuste salarial. Como resultado do sucateamento do serviço público e particularmente da educação pública, por meio da política precarizante e privatista e do arrocho salarial, diariamente os TAEs são empurrados a acumular trabalhos informais; buscar formas de economizar minimamente e ter mais facilidade para realizar atividades paralelas, por exemplo aderindo ao PGD/Teletreabalho; e mudar de carreira. É alarmante a rotatividade dos TAEs, geralmente sem contrapartida ou reposição imediata, o que impacta no cotidiano das instituições.

Assim, os TAEs compõem a campanha salarial unificada,

expressando a necessidade de melhorias na própria carreira. Há meses reivindicamos a instalação da Mesa Específica de Negociação com o Governo, porém somente oito meses após tomar posse e em meio ao fortalecimento da campanha salarial unificada, o Governo Lula/Alckmin chamou para o dia 04 de setembro a primeira reunião desta mesa. Nesta reunião, além de mostrar indisposição em recriar cargos que foram extintos, o Governo informou que instalará 10 mesas específicas e temporárias e que só se manifestará sobre os recursos financeiros após conhecer todas as propostas.

A Corrente Proletária na Educação (CPE) alerta sobre a estratégia governista de enrolar e fragmentar o funcionalismo, quebrando a unidade do movimento e a mobilização conjunta. Apesar da previsão constitucional de reajuste linear e data-base do funcionalismo, governos e direções sindicais se utilizam constantemente do corporativismo para aprofundar as desigualdades e beneficiar o alto escalão. A política de reestruturação da carreira, historicamente, é usada pelos governos como forma de desmobilizar o movimento e impedir a manutenção ou conquista de direitos. Desvinculada de um movimento de luta direta, a reestruturação da carreira fica fragilizada, inclusive podendo destruir antigas conquistas.

Lutemos pela recomposição integral e imediata das perdas salariais acumuladas, e para pôr abaixo a política de ajuste fiscal, as contrarreformas e as privatizações!

REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA: ORGANIZAR O COMBATE NO CAMPO DA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

As divergências expressas no XXIV ConFASUBRA, principalmente com relação às gratificações, levou a orientação de (re)criação dos GTs Carreiras no âmbito das entidades de base e da própria FASUBRA, a fim de possibilitar mais participação das bases na construção de uma proposta de Reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). A próxima Plenária Nacional da FASUBRA, a ser realizada entre 30/09 e 01/10, pautará este tema, ainda que o GT Carreira da FASUBRA tenha recebido apenas 18 relatórios das quase 50 entidades filiadas, sendo que nem todos resultaram da discussão com o conjunto da categoria.

A despeito do histórico de luta da categoria, que protagonizou a primeira greve do funcionalismo federal na Ditadura Militar, tem prevalecido o burocratismo das tendências sindicais e políticas adaptadas ao regime democrático burguês. A categoria precarizada se vê obrigada a lutar e se depara com a paralisia das direções. Nesse quadro contraditório surgiu um grupo de servidores, principalmente jovens, que começou a se reunir virtualmente para formular uma proposta de reestruturação da carreira e que se tornou uma das maiores tendências na categoria.

Trata-se do movimento ‘TAEs na Luta’, que ganhou a simpatia de vários servidores nacionalmente e foi abraçado pelo Coletivo Travessia (Resistência-Psol) no âmbito das entidades sindicais, de forma que passaram a atuar conjuntamente. Apesar de diagnósticos corretos quanto ao sucateamento da carreira, o grupo tem uma conduta de adaptação à política econômica burguesa, formulando propostas aparentemente “factíveis” que desviam do enfrentamento aos problemas essenciais. Em relação à terceirização, não levantam a necessidade de recriar os cargos que foram extintos para serem terceirizados, e de efetivar os terceirizados. Quanto aos baixos salários, não reivindicam um piso salarial suficiente para atender as

necessidades dos trabalhadores e suas famílias. Ao contrário, propõem a criação e/ou aprimoramento de uma série de penduricalhos, como as gratificações. Alguns consideram que, em um futuro longínquo, as gratificações podem ser incorporadas nos salários, ignorando o atual quadro de regressão histórica.

Outra grande tendência é o coletivo UNIR (Unidade, Resistência e Luta), vinculado ao PT e à CUT e submetida às diretrizes do capital. Com uma base principalmente de aposentados, esse grupo tem defendido, em palavras, o princípio histórico de paridade entre ativos e aposentados, de forma que rejeitam as gratificações, que por não integrarem o salário (vencimento básico) podem não incluir todos os trabalhadores ativos e aposentados e não geram impacto previdenciário. O problema é que a contrarreforma previdenciária de Lula quebrou a paridade (reajuste para ativos repassado automaticamente para aposentados pelo regime próprio) e a integralidade (proventos com base na última remuneração do servidor), e a contrarreforma previdenciária de Bolsonaro aumentou a idade mínima para aposentadoria, diminuindo a perspectiva de aposentadoria dos trabalhadores mais jovens. Aí está o impasse, pois a real defesa da paridade e da integralidade exige se colocar politicamente contra as medidas de ajuste fiscal e pela revogação das contrarreformas, o que significa combater os seus agentes, incluindo o próprio PT. Do mesmo modo, a defesa dos empregos e salários exige rejeitar as terceirizações e as gratificações.

Aqui reside a contradição fundamental quanto à Reestruturação do PCCTAE: a defesa da democracia burguesa e governos burgueses *versus* a defesa da democracia operária e independência dos governos. De nada adianta discutirmos e definirmos uma proposta se as direções não organizarem o combate consequente e independente para conquistá-la. A realidade vem mostrando que fora do campo da independência de classe a categoria está fadada a derrotas e migalhas.

POLÍTICA PROLETÁRIA FRENTE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA E A CAMPANHA SALARIAL

A CPE participou do GT Carreira do SinTUFABC, fazendo constar em seu Relatório a censura feita pela Direção Nacional da FASUBRA às nossas propostas no XXIV ConFASUBRA e na Plenária Nacional de Julho. Em síntese defendemos a incorporação de três proposições fundamentais para superar o sucateamento da carreira: 1) **(re)criação dos cargos que foram extintos para serem terceirizados, com a efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados, reincorporando os cargos e trabalhadores ao PCCTAE;** 2) **jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os TAEs, sem redução da remuneração e sem qualquer condicionante;** 3) **piso salarial de um salário-mínimo vital.**

Há décadas assistimos os governos terceirizando atividades e espaços das instituições, a ponto de atualmente a maioria dos cargos do PCCTAE estarem extintos e da quantidade de TAEs efetivos e terceirizados serem similares. A terceirização expõe os trabalhadores e os serviços públicos à instabilidade e a situações altamente precárias, como salários miseráveis, atrasos nos pagamentos, demissões arbitrárias, assédio, direitos rebaixados, sindicatos fantasmas, etc. A experiência com a terceirização, inclusive via empresas públicas e fundações de apoio, como a EBSEH nos Hospitais Universitários, demonstrou o quão nefasta é essa medida de flexibilização capitalista do trabalho, que divide e enfraquece a categoria, e também sua força coletiva. Não é coincidência que historicamente a luta dos TAEs tenha sido impulsionada pelos trabalhadores dos cargos que hoje são terceirizados. A paralisação de atividades operacionais, de consumo e de manutenção, como restaurante, coleta de resíduos, transportes e zeladoria, afeta diretamente as atividades acadêmicas, empurrando estudantes e docentes para o movimento. O que explica porque hoje em dia o impacto das mobilizações é menor. Não podemos aceitar as terceirizações e abandonar os companheiros. Urge a **recriação dos cargos terceirizados com a efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados!**

Há tempos os TAEs reivindicam uma jornada de trabalho de 30 horas semanais, a fim de melhorar as condições de trabalho e a prestação de serviços. Infelizmente, essa reivindicação vem sendo abandonada, em função da adaptação das direções ao PGD/Teletreabalho, ou limitada às profissões que conquistaram a jornada de 30h no setor privado. É fundamental **retomar a luta pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais para todos os TAEs**, como parte da luta pela escala móvel das horas de trabalho, ou seja, pela divisão do trabalho entre todos aptos a trabalhar, de forma a garantir o emprego a todos sem a redução dos salários e combater a precarização dos contratos temporários.

Muitos reconhecem que o salário não constitui renda, e sim a fonte de subsistência dos trabalhadores. Contudo, poucos defendem um salário que seja suficiente para atender as necessidades do trabalhador e de sua família. As atuais proposições de piso (recuperação das perdas; enfermagem; e três salários-mínimos nacionais) se baseiam em contingências, desconsiderando o salário-mínimo realmente necessário. **Como piso salarial defendemos um salário-mínimo vital** que seja calculado pelos próprios trabalhadores em suas instâncias e não seja menor que o do DIEESE (R\$ 6.528,93 em Julho/2023).

Quanto à Campanha Salarial de 2024, uma das reivindicações é a retirada do Projeto de Lei Complementar 189/2021, que estabelece uma única unidade gestora do regime próprio de previdência social da União. Este projeto está em consonância com a política de ataques dos governos, incluindo

a contrarreforma administrativa (PEC 32/2020) que prevê que as contribuições dos novos servidores serão para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e não para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), o que objetiva sufocar e privatizar o atual regime dos servidores aposentados, e dificultar a luta unificada dos trabalhadores aposentados com os trabalhadores em atividade. É preciso rechaçar a política burguesa de ‘nivelamento por baixo’ a fim de precarizar a aposentadoria, defendendo a **constituição de um sistema único de aposentadoria, sob controle dos trabalhadores e financiado integralmente pelo Estado e capitalistas.**

Unidade pra lutar, não para sustentar a exploração!

Muitos dizem defender a unidade no movimento sindical de nossa categoria. Mas ocorre que as direções burocráticas estão descaracterizando a concepção proletária de unidade da maioria oprimida contra a minoria exploradora, utilizando a cartada de “combate à ultradireita” para sustentar uma “unidade” que serve para sustentar alianças com a burguesia em nome da democracia burguesa, a qual por sua vez é alicerçada na exploração do trabalho; e no fim para minar a luta pelas reivindicações próprias dos trabalhadores. Para ver o oportunismo, basta confrontarmos a política imobilista dos governistas durante esses nove meses de governo com seu discurso de que votar na chapa de Lula/Alckmin era a condição para os explorados poderem lutar.

O que unifica as massas não é o palavreado contra a direita e o fascismo, e sim a luta pelas suas necessidades, pelo seu programa, reivindicações e métodos próprios. Nesse caminho também se combate a direita fascizante, que é resultado da decomposição do capitalismo e do regime democrático burguês. A democracia operária/sindical e a independência de classe, incluindo a liberdade de crítica, é crucial para preservar os interesses dos trabalhadores e avançar nas conquistas. Por meio da materialização desses princípios, com os métodos da ação direta coletiva, ou seja, das assembleias democráticas, comitês de luta, manifestações massivas, trancamento de vias, paralisações, greves etc., é possível massificar a luta, superar o corporativismo e unificar os explorados de forma que tenham força social para enfrentar a burguesia e seus governos e impor as reivindicações.

O contrário é o burocratismo e o eleitoralismo, que desviam dos princípios históricos e preparam o caminho das migalhas ou das derrotas. A política burguesa e suas variantes pequeno-burguesas visam bloquear a luta da categoria, rejeitando as reivindicações e os métodos próprios dos explorados, e restringindo a luta à institucionalidade, de forma que defendem negociatas de cúpula, diálogo com assessorias parlamentares, métodos virtuais, mobilizações pontuais, etc. Ou seja, não batalham para unificar os explorados, mas para preservar a “unidade nacional” baseada na exploração. É bom lembrar que os trabalhadores sempre se utilizaram dos recursos a seu dispor para projetar e avançar a luta, mas jamais substituindo a luta coletiva presencial, responsável por nossas grandes conquistas.

Desgraçadamente, os burocratas não organizarão as massas para lutar pelas reivindicações próprias e combater a retirada de direitos, farão de tudo para blindar o governo burguês. O desafio está em superar esse impasse, quebrando os bloqueios das direções pró-capitalistas, mudando a correlação de forças e construindo um movimento unificado por um programa próprio dos explorados.

O destino da Campanha Salarial dos TAEs e Servidores Públicos Federais depende da unidade com os demais explorados, em particular com o movimento operário. Superemos o isolamento, construindo uma mobilização unificada do funcionalismo com os terceirizados e as massas trabalhadoras! Que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Lutas, com greves, paralisações e bloqueios!